

Possibilidades e impossibilidades da tradução interidiomática – A versão para o português da palavra sânscrita *dhiṣaṇā*

Mário Ferreira¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP)

mariofer@usp.br

Abstract. *The translation theories can be divided in two basic and opposing orientations: the ones that support that the interidiomatic translation, mainly of artistic texts, is logically impossible and those that argue that the artistic translation is a possible linguistic operation. This paper proposes that both orientations operate with distinct linguistic greatnesses and on account of it each one foresees different rates of meaning recreation. As an example, the sanskrit word dhiṣaṇā is analysed according to its recording in the Ṛgvedasamhitā, being pointed out its translation possibilities into the Portuguese language.*

Keywords. *linguistic greatness; interidiomatic translation; sanskrit language.*

Resumo. *As teorias tradutológicas podem enquadrar-se em duas orientações básicas e antagônicas: aquelas que defendem que a tradução interidiomática, sobretudo de textos artísticos, é, do ponto de vista lógico, impossível e aquelas que postulam que o trabalho da tradução é operação lingüística exequível. O artigo defende a proposição de que as teorias de tradução referidas operam com grandezas diferentes, razão pela qual prevêm graus diversos de recriação de sentido. A título de exemplificação, recorre-se à palavra sânscrita dhiṣaṇā, tal como consta no Ṛgvedasamhitā, assinalando-se as possibilidades de sua tradução para a língua portuguesa.*

Palavras-chave. *grandeza lingüística; tradução interidiomática; língua sânscrita.*

1.

Referidas de modo sumário, as teorias tradutológicas propostas até o presente tendem a aproximar-se de dois pólos conceituais antagônicos, relativamente à possibilidade da tradução interidiomática, sobretudo quando esta diz respeito à tradução de textos artísticos. Por um lado, há aquelas que – assinalando, entre outros motivos, a intransitividade recíproca dos idiomas, o isolamento estrutural dos sistemas lingüísticos e a univocidade da interseção forma/conteúdo – postulam a impossibilidade formal e lógica da operação tradutora, atividade condenada, por conseguinte, obrigatoriamente ao fracasso, em termos metodológicos e pragmáticos. Por outro lado, em oposição à orientação precedente, há aquelas que – exibindo o processo das traduções bem-sucedidas (cujo número é legião, conforme o demonstra com facilidade a observação empírica) – infirmam na prática as restrições teóricas a tal operação, à qual se confere plena legitimidade lingüística. Embora antagônicas, ambas as orientações apresentam

forte grau de consistência, considerando-se o recorte de objeto efetuado: se, com efeito, os idiomas não apresentam correlação 1:1 nos domínios semânticos (*Leiter* em alemão se configura em domínio diverso do da palavra *escada* em português), a tradução da expressão inglesa *to rain cats and dogs* pela portuguesa *chover canivete*, não obstante a transposição semântica das figuras, exhibe inegável efetividade lingüística.

O presente artigo tem por objetivo demonstrar que a aferição da possibilidade da tradução interidiomática radica, como problema teórico, na escolha da *grandeza lingüística* que se considera operante na operação tradutora. Defende-se que tal escolha permite, senão conciliar as orientações tradutológicas referidas, pelo menos assinalar a dimensão em que apresentam coerência de princípios.

2.

Como se sabe, um dos procedimentos fundamentais na constituição do saber científico diz respeito à construção do objeto, entendendo-se por tal, conforme já o estabeleceram inúmeros estudos de lógica e de epistemologia, recortar, no conjunto dos entes, uma configuração ontológica dotada de características próprias e específicas, com a qual nenhuma outra configuração se possa assemelhar. Noutras palavras, o trabalho de determinação do objeto – qualquer que seja a perspectiva cognitiva adotada – implica sempre um procedimento de corte no domínio sem intervalos dos entes-em-si, e a extração, dentre estes, de uma *coisa* significativa – de um ente que parece dotado de existência individual não contínua. Quando um objeto de saber é dessa forma configurado, tal operação projeta necessariamente a questão da *grandeza*, pois que todo e qualquer objeto, para assim e como tal ser, apresenta algum tipo de magnitude, uma quantidade de extensão, um *quantum* ontológico que lhe confere uma dimensão própria de existência.

Está dito acima que a construção do objeto é procedimento fundamental da constituição do saber científico. Tendo em vista as afirmações já feitas, será talvez mais correto dizer que a construção do objeto *é* o saber científico, porquanto é essa operação que, ao determinar a magnitude do ente a conhecer, em verdade centraliza as operações cognitivas apropriadas. Tais operações consistem em mensurar a magnitude do objeto, e isso, por sua vez, implica quantificar as interações entre os entes cujo conjunto, quando recortado, configura um dado objeto.

Abordando-se a questão sob ângulo diverso, parece ser correto afirmar que toda construção de objeto resulta de uma operação cognitiva. Como tal, pressupõe uma relação dada, estabelecida entre um sujeito cognoscente e um objeto a conhecer. Pensada nesses termos, a questão da grandeza ontológica pode ser entendida como sendo o resultado da projeção, efetuada pelo sujeito sobre o objeto, de conceitos que criam, em termos de significação, o objeto, e da projeção dos controles de significados sobre a linguagem a que se recorre com vistas a configurar o objeto. Noutras palavras, a cognição do objeto exige uma dupla série de controles, relativos ao modo pelo qual a cognição pode ser efetuada e ao modo pelo qual ela deve ser referida. Com isto, articulam-se, de modo obrigatório, no ato de cognição, dois níveis de linguagem. Um, em que o discurso de linguagem busca referir de modo unívoco a magnitude do objeto e, correlatamente, as relações que o constituem. E outro, em que o discurso empregado é por sua vez objeto de controle quanto à consistência dos significados que se utilizem.

Em suma, a grandeza ôntica constitui uma construção derivada da relação significativa, controlada pelo sujeito cognoscente, entre o objeto e a linguagem que se lhe refere, e entre esta e o seu controle metalingüístico.

3.

No domínio cognitivo da lingüística, o problema da *grandeza* da unidade de comunicação tem sido questão intensamente debatida. Sob essa perspectiva, pode-se dizer que a lingüística contemporânea se tem orientado em conformidade com três modelos de grandeza, os quais são o signo-palavra, o signo-frase e o signo-texto. Com efeito, a palavra é a unidade básica do modelo saussuriano, e daqueles que dele derivam. A frase, a unidade das teorias de orientação frasal; e o texto, a unidade dos modelos de análise transfrástica, da gramática textual e das teorias de texto. A proposição dos modelos de palavra, de frase e de texto não constitui, na lingüística, uma mera evolução *quantitativa*, de acordo com a qual se poderia considerar a frase apenas uma soma de palavras, e o texto, uma soma de frases. Ao contrário, o que os modelos da lingüística têm procurado demonstrar é que cada unidade de grandeza constitui, em relação à unidade anterior, um avanço cognitivo de *qualidade*, havendo, por essa razão, esse esforço investigativo, implicado a necessidade de determinar com maior precisão o objeto do saber lingüístico e a construção metalingüística que a esse objeto se refere.

4.

Se as teorias tradutológicas, referidas no item 1, parecem coerentes, ainda que defendendo propostas antagônicas, a razão do aparente paradoxo radica na grandeza do objeto construída por elas. Para as teorias que postulam a impossibilidade da tradução interidiomática, o alvo da tarefa da tradução circunscreve-se ao limite do signo-palavra. Para as teorias que asseveram a efetividade da operação tradutora, ao contrário, o objeto visado é o signo-texto.

Essa, a questão epistemológica nuclear: em que nível de grandeza se articula a operação tradutora?

Se se entende a tradução como um discurso metalingüístico, por meio do qual se procura assinalar, no âmbito do sistema de significação de um idioma, o sistema de significação configurado noutro idioma, a grandeza configurada pode variar – com grande grau de efetividade – do signo-palavra ao signo-texto, tanto no âmbito da língua de partida como no da língua de chegada. Exemplos dessa operação são os dicionários de palavras, os dicionários de conceitos e expressões idiomáticas e os textos de interpretação de outros textos. Se se trata, porém, como nas traduções *stricto sensu*, de emular num idioma uma quantidade (qualquer que seja ela) configurada em outro idioma, a grandeza da operação refere-se necessariamente ao texto.

O texto é a grandeza própria da operação tradutora, porque:

a. as palavras não existem por si mesmas, nem mesmo *em estado de dicionário*: sua existência em discurso estabelece-se na dimensão textual, na qual estão sempre em situação relacional, calcada na diferença;

b. não é possível emular palavras por palavras – quer dizer, tornar equivalentes palavras de dois idiomas, porquanto as relações que elas travam são preponderantemente assimétricas; por essa razão,

c. na tradução, emulam-se as relações que as palavras mantêm com outras palavras, em textos situacionalmente determinados. Como as relações travadas pelas palavras, no âmbito dos textos, apresentam grau maior de abstração do que o da unidade signo-referente, constituem elas sistemas passíveis de maior grau de reconstrução no discurso da tradução. Tal possibilidade resulta da propriedade, que é inerente aos sistemas de significação, de referir, de modo conceitual ou metalingüístico, os valores de qualquer outro sistema de significado.

Colocada nesses termos, a questão da tradutibilidade interidiomática dos textos torna indiferente a oposição – normalmente proposta – entre textos artísticos e não-artísticos. A diferença entre eles resulta na *quantidade* de relações configuradas neles, a qual é exponencialmente mais alta nos textos artísticos.

“O texto artístico não é um instrumento *para* o outro. Ele é um ser em si, que se fecha sobre si mesmo, bastando-se no seu universo de som e sentido. Sendo um sistema de significação que simula bastar-se a si mesmo, o texto artístico simula igualmente construir-se mediante um vínculo de motivação entre o plano da expressão e o plano do conteúdo. A motivação da linguagem – forjada no texto de arte – constitui o traço diferencial dos textos de arte. Nessa perspectiva, cabe à tradução transformar-se em instrumento de cognição de um sistema que, em si mesmo, já é um instrumento cognitivo. As estratégias para realizar-se tal meta são virtualmente infinitas – tão ilimitadas como são as estratégias de construção do texto artístico–, e não é possível prevêê-las a todas. O que se pode é apresentar estratégias parciais, válidas caso a caso, e que possam apontar para procedimentos gerais.” (Ferreira, 2000: 40)

5.

A fim de exemplificar o que antecede, analisamos a seguir as possibilidades de tradução da palavra sânscrita *dhiṣaṇā*, tal como consta em 30 ocorrências no *Rgvedasamhitā*, o texto básico do ritualismo védico.

Consultando-se o *Sanskṛ it-English Dictionary*, de Monier-Williams (1899: *sub voce*), verifica-se que a obra registra, para a palavra, no contexto pertinente, as seguintes equivalências em língua inglesa: “*speech, praise, hymn*”. Embora corretas, as possibilidades de tradução inscritas no verbete, que se limitam à grandeza-limite do signo-palavra, não contemplam a dimensão textual em que *dhiṣaṇā* se articula. Para compreender o sentido da palavra, na dimensão de grandeza do texto, cumpre relacioná-la, em primeiro lugar, a todos os vocábulos com que, na obra em questão, se relaciona.

Veja-se o seguinte quadro (cf. Ferreira, 1998: 135):

Conceito nuclear: <i>vāc</i> [a faculdade da linguagem, própria dos seres humanos, provida de duas faces articuladas: som + sentido]
Conceito nuclear paralelo: <i>dhāman</i> [<i>vā c</i> como forma e poder manifestos da ordem (<i>rta</i>)]

Particularizações do conceito nuclear:				
<i>manman</i> [<i>vāc</i> como cadeia de intertextos]	<i>mati</i> [<i>vāc</i> como pensamento manifesto]	<i>dhī/dhīti</i> [<i>vāc</i> como intuição]	<i>dhiṣaṇā</i> [<i>vāc</i> como inspiração]	<i>vip</i> [<i>vāc</i> como vibração oratória]

No quadro proposto, observa-se que o vocábulo configura particularização específica do conceito nuclear de *vāc*, a linguagem humana articulada, assinalando modalidade própria de presentificação desta. Ou seja, *dhiṣaṇā* compartilha com *vāc* o domínio da expressão verbal e designa, ao mesmo tempo, por oposição às demais palavras do quadro (que também são sinônimas de *vāc*), a dimensão da linguagem que brota como jorro inventivo, anteriormente à manifestação na fala. A dificuldade da tradução do vocábulo, calcada na grandeza do signo-palavra, como no verbete de Monier-Williams, resulta da impossibilidade de emular, numa única palavra, na língua de chegada, o feixe de sentidos constelado, em relação e situação, por *dhiṣaṇā*, na língua de partida.

Etimologicamente, *dhiṣaṇā* provém da raiz *DHIṢ*, que designa a noção de “soar” – ou “fazer soar”, conforme a modalidade causativa inerente ao núcleo semântico da raiz. Em diversas passagens do texto, *dhiṣaṇā* associa-se a *manas*, o aspecto mental da linguagem, constituindo, assim, uma função mental, associada, por um lado, a *dhī*, a “intuição”, e, por outro, a *mati*, o “pensamento”.

“Cognitiva e intuitiva, a *dhiṣaṇā* difere do pensamento, por não ser totalmente dirigida, e da intuição, por não ser totalmente espontânea. Com efeito, ela depende, ao contrário da intuição, de estímulos específicos – como a recitação de textos, a memorização de estrofes e o estudo – para realizar-se. Em analogia a *mati* e *dhī*, a *dhiṣaṇā* é a linguagem em estado virtual – não provida de face sonora.” (Ferreira, 1998: 133)

Na perspectiva do signo-texto, *dhiṣaṇā* pode traduzir-se, em português, por “inspiração”, “inspiração conducente ao texto”, ou ainda, integrando no vocábulo a referência à meta do fluxo criativo, “texto oriundo do jorro inspirado da mente”.

Considere-se a seguinte passagem:

dhanyā cid dhi tve dhiṣaṇā vaṣṭi pra devāñ janma gr̥ṇate yajadhyai/ (VI, 11, 3)

É pouco provável, como já se disse, que os idiomas contemporâneos, enquanto sistemas de designação, consigam abarcar, num único vocábulo, as redes de relações semânticas projetadas sobre *dhiṣaṇā* (assim, a correlação entre as funções linguísticas complementares da inspiração, do pensamento ou da vibração oratória [*dhiṣaṇā/mati/vip*]). Abrindo-se, porém, a tradução à dimensão das relações textuais mantidas pela palavra, a homologação interidiomática torna-se possível, pelo menos como proposta de cognição. Comparem-se as traduções da frase citada acima, baseadas na grandeza do signo-palavra (1) e no signo-texto (2):

(1) O hino, dadivoso, anela celebrar em ti o que louva a estirpe dos deuses.²

(2) Dadora de bens, a inspiração, matriz do texto, tece em ti, ó fogo, o elogio das casas divinas.

Conforme se observa, a tradução (2), ainda que “infiel” aos sentidos dicionarizados (porquanto calcada em relações interidiomáticas não simétricas), procura estabelecer uma relação textual validada pelas ocorrências da palavra: recriam-se as cadeias de sentidos dadas textualmente. A tradução de *dhiṣaṇā* por “inspiração”, estabelecida na tensão do confronto com os vocábulos do campo semântico de *vāc*, evoca a rede funcional das manifestações da linguagem, tema básico do *Ṛgvedasamhitā*, e remete aos valores semânticos estabelecidos pela tradição da semântica indiana¹. A inclusão de palavras não referidas explicitamente no texto – anátema para a orientação signo-palavra – configura uma tentativa de assinalar categorias inscritas na rede textual da obra.

A determinação da grandeza do objeto da tradução constitui questão crucial para o desenvolvimento da teoria tradutológica.

6. Notas

¹ Por exemplo, o *Nirukta* (ed. Sarup: VIII, 3) relaciona a raiz *DHIṢ* a *DHĀ*, esta no sentido de “conceber”, “gerar”, o que corrobora a tradução da palavra por “inspiração” (o movimento que leva à “concepção” do texto de louvor).

² Ou, conforme Griffith (1973: 289): “For even the blessed longing that is in thee would bring the Gods down to the singer’s worship (...).”

7. Referências bibliográficas

FERREIRA, M. Elementos para a configuração do campo léxico da “linguagem” (*vāc*) no *Rgvedasamhitā*. In: REVISTA DE ESTUDOS ORIENTAIS, no. 2. São Paulo: Humanitas, 1998.

——— Estratégias textuais de ressignificação do sentido na tradução do texto artístico. In: II CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN E XIV INSTITUTO LINGÜÍSTICO. Florianópolis: Associação Brasileira de Lingüística, 2000.

GRIFFITH, R. T. H. *The Hymns of the Ṛgveda*. Delhi: Motilal Banarsidass, 1973.

MONIER-WILLIAMS, M. *A Sanskr̥t-English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1899.

SARUP, L. *The Nighantu and the Nirukta*. Delhi: Motilal Banarsidass, 1967.